

Perdoar ou não perdoar a dívida à Grécia?

Eis a questão que continua a ser colocada. Na reunião Eurogrupo, os ministros das finanças da moeda única dizem que ainda é cedo para discutir o assunto. Em cima da mesa está uma nova extensão do programa de assistência à Grécia.

TEXTO SUSANA FREXES

A vontade dos eleitores gregos é para respeitar. Eurogrupo, Comissão Europeia e Estados Membros dizem-se disponíveis para dialogar e cooperar com o governo liderado pelo Syriza. Já a vontade de Alexis Tsipras de renegociar a dívida grega deverá enfrentar vários obstáculos nos próximos tempos.

Sobre uma possível redução da dívida grega em valores nominais, o Presidente do Eurogrupo, disse hoje o que pensa: “Não acho que haja muito apoio para isso no seio do Eurogrupo”. A avaliação de Jeroen Dijsselbloem vai ao encontro do que pensa o ministro das finanças alemão e também da posição do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu.

Dijsselbloem recordou ainda que já foi feito “muito para aliviar o peso da dívida grega”, referindo-se à diminuição das taxas de juro e ao aumento do número de anos para pagamento do empréstimo aos credores.

Mais flexível parece ser a leitura do ministro Francês das finanças. “Todos os assuntos devem ser abordados: as regras, os compromissos, as reformas. O caminho não é apenas uma questão de dívida”. Em Bruxelas, Michel Sapin afirmou que a Grécia é “indispensável para a zona euro” e que é também importante que o país tenha vontade de estar na Europa.

Para que haja um novo perdão da dívida grega tem da haver um acordo entre a Grécia e os credores. “Atualmente, cerca de 70% da dívida grega é detida por credores públicos, países da zona euro, União Europeia e FMI” – recorda Sofia Fernandes.

A investigadora do Instituto Jacques Delors diz que é pouco provável que a reivindicação do Syriza seja ouvida, porque isso “implicaria que os parceiros europeus aceitavam assumir perdas sobre os empréstimos concedidos”, com perdas também para os contribuintes europeus.

Esta segunda-feira, Benoît Coeuré, membro francês do conselho executivo do Banco Central Europeu, disse que para o BCE era “impossível” aceitar uma reestruturação dos títulos de dívida grega na sua posse. Em 2012, o perdão à Grécia, de perto de 100 mil milhões de euros, foi suportado pelos credores privados.

Na análise de Sofia Fernandes, a Grécia tem, apesar de tudo, “margem de negociação”. A dívida do país atinge 175%, o que levanta dúvidas sobre a sua viabilidade. A resposta pode estar “num novo aumento das maturidades dos empréstimos, ou numa redução das taxas de juro impostas”, diz a investigadora.

Para o Presidente do Eurogrupo, ainda é cedo para discutir a sustentabilidade da dívida. A porta não está, no entanto, totalmente fechada e Dijsselbloem remete qualquer debate sobre o tema para depois “do fim da quinta revisão” do programa, que ainda está a decorrer.

No curto prazo, deverá ser essa a discussão: uma nova extensão do programa de assistência financeira à Grécia. O tema já está a ser discutido em Bruxelas. Os parceiros da zona euro mostram abertura, mas é preciso também que seja essa vontade do novo governo de Alexis Tsipras. É preciso um pedido formal de Atenas para dar início ao processo.

A saída da Grécia do programa de resgate deveria ter acontecido no final de 2014. O governo de Antonis Samaras acabou por pedir uma extensão até 28 de fevereiro, para que a Troika pudesse concluir a quinta avaliação e desembolsar a última tranche de 1800 milhões de euros.

A realização eleições poderão ter atrasado este processo, mas fonte do Eurogrupo diz que tecnicamente ainda é possível. Vai depender da capacidade de Alexis Tsipras resolver também os problemas da política interna grega.